

**Discussion
Paper**

ESPM

v. 5, n. 1, 2017

Profa. Denilde Holzacker

Prof. Raphael Videira

Profa. Raquel Rocha

Profa. Daniela Bertotti

A close-up portrait of Donald Trump, smiling slightly, wearing a dark suit, white shirt, and red tie. An American flag pin is visible on his lapel. The background is a blue field with white stars, resembling the US flag.

**TRUMP COMO FATOR DE RISCO
PARA A AMÉRICA LATINA**

Discussion
Paper |

ESPM

ISSN: 2448-0932

Corpo Editorial

Dalton Pastore
Presidente

Alexandre Gracioso
Vice-presidente acadêmico

Elisabeth Dau Corrêa
Vice-presidente administrativo-financeira

Luiz Fernando Dabul Garcia
Diretor geral da graduação ESPM-SP

Conselho Editorial

Carlos Frederico Lucio

Cristina Helena Pinto de Mello

Denise Fabretti

Fabio Mariano Borges

Ismael Rocha

João Osvaldo Schiavon Matta

Luiz Fernando Dabul Garcia

Pedro Luiz Ribeiro de Santi

Leonardo Nelmi Trevisan
(Edição de texto)

Matheus Matsuda Marangoni
(Edição de arte)

Fernando Matijewitsch
(Gerência de edição)

Publicação trimestral, em formato eletrônico, o Discussion Paper ESPM reúne artigos, notícias de pesquisas, resenhas, traduções ou entrevistas oriundas de debate temático.

O objetivo é incentivar a discussão de assuntos, atinentes ou complementares, ao conteúdo curricular de disciplinas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O perfil deste periódico oferece espaço de publicação da produção docente, incluindo procedimentos de pesquisa, em diferentes formatos.

O Discussion Paper ESPM busca também ampliar repertório e capacidade de análise do corpo docente, pois, a iniciativa procura, especialmente, a participação do aluno nos debates geradores de cada número.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A submissão de trabalhos deverá ser feita através do endereço eletrônico do periódico. O Processo de Avaliação pelos Pares consiste nas seguintes etapas: o artigo original será analisado por dois integrantes do Conselho Editorial para verificar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área epistemológica de avaliação a ser direcionada. Em seguida, o artigo será enviado a pares de avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores, que não compareceram ao debate gerador do respectivo Discussion Paper. Os avaliadores externos procederão de acordo com os critérios: 1. Publicar sem alterações; 2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores; 3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente; 4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior. Mais informações em: <http://discussionpaper.espm.br/>.

Apresentação do debate 5

Os 100 primeiros dias do Governo Trump e
os impactos para a América Latina 6

Denilde Holzacker

Riscos e desafios na agenda econômica e comercial no Governo Trump:
impactos para os países da América Latina..... 13

Raphael Videira

Os riscos para a agenda da governança regional na era Trump 17

Raquel Rocha

Mais contenciosos e menos cooperação:
riscos na agenda de governança global..... 21

Daniela Bertotti



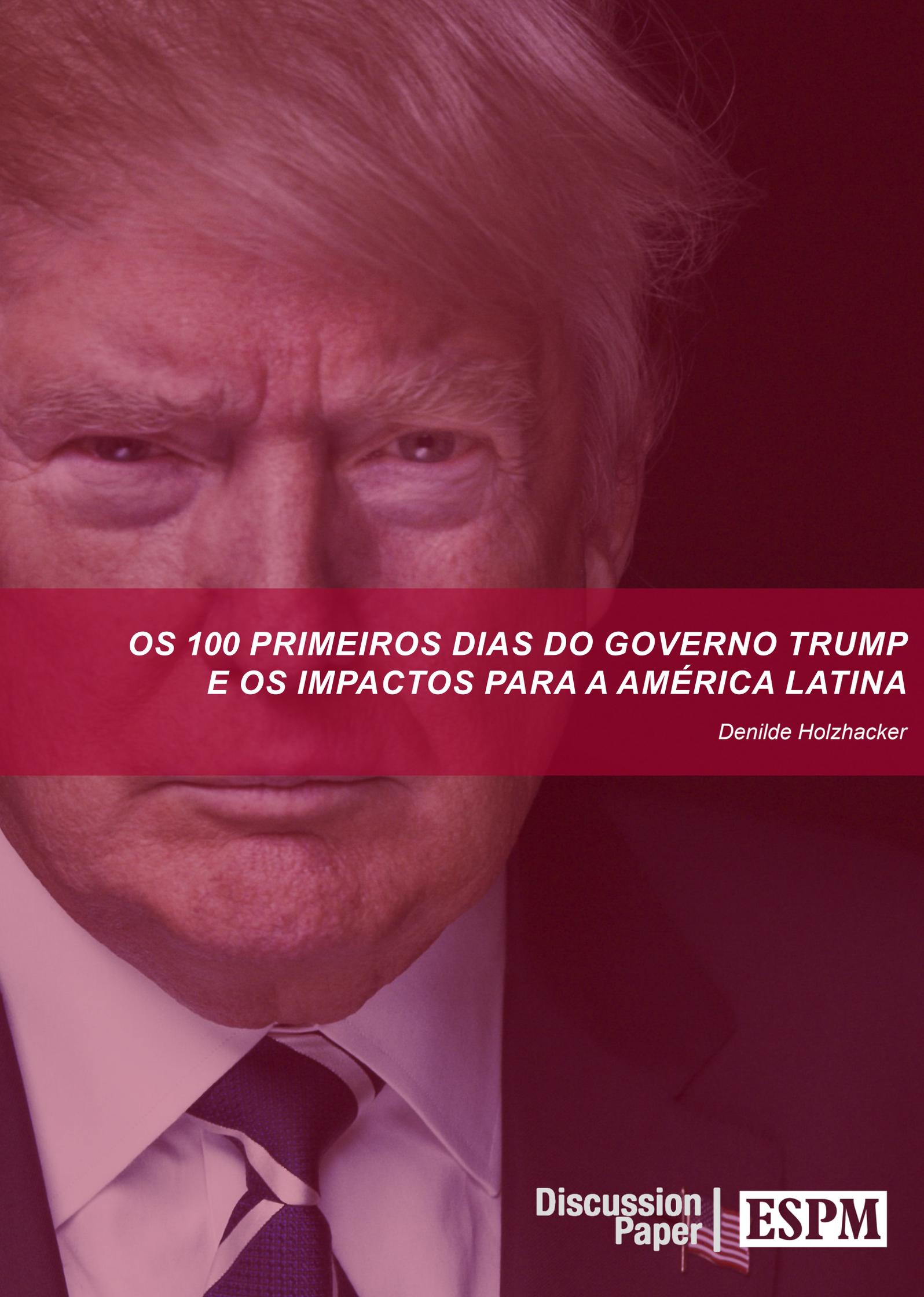
APRESENTAÇÃO DO DEBATE

Grandes controvérsias – para não falar em grandes confusões – dominaram os primeiros meses da era Trump. Analistas de todas as tendências políticas avisaram dos riscos implícitos com as múltiplas frentes de conflito abertas, ao mesmo tempo.

Entre as muitas “propostas Trump”, a que mais gerou preocupações foi a volta do clássico “isolacionismo” americano. De diferentes maneiras, cada canto do mundo tratou de entender, e de conviver, com essa ameaça. Não foi diferente com a América Latina. Enfim, com as grandes mudanças em Washington, como ficariam os problemas dos vizinhos, tão próximos e sempre tão esquecidos, do primeiro PIB do planeta?

Em busca dessa resposta, professores do curso de Relações Internacionais pertencentes ao Risk Analysis and International Affairs Centre (RAIA) da ESPM participaram deste Discussion Paper debatendo o tema: “Trump como fator de risco para a América Latina”. A professora **Denilde Holzacker**, discutiu “Os 100 primeiros dias do governo Trump e os impactos para a América Latina”. Já o professor **Raphael Videira**, analisou “Riscos e desafios na agenda econômica e comercial no governo Trump: impactos para os países da América Latina”. As professoras Raquel **Rocha** e **Daniela Bertotti** debateram, respectivamente, “Os riscos para a agenda da governança regional na era Trump” e “Mais contenciosos e menos cooperação: riscos na agenda de governança global”.

Segue a transcrição e a edição desse debate.



**OS 100 PRIMEIROS DIAS DO GOVERNO TRUMP
E OS IMPACTOS PARA A AMÉRICA LATINA**

Denilde Holzacker

Discussion Paper | **ESPM**

Os 100 dias de governo Trump foram marcados por grandes controvérsias nos âmbitos doméstico e internacional. As primeiras medidas tomadas pelo Governo indicaram a formação de um governo baseados em ideias nacionalistas e protecionistas, em que a defesa dos interesses americanos nortearia as ações e as políticas governamentais.

No entanto, os primeiros meses mostraram um governo de atitudes defensivas, com ataques aos veículos da mídia tradicional, intelectuais, artistas e seus oponentes políticos. As acusações de sua campanha ter tido apoio do Governo russo, bem como as dúvidas referentes aos conflitos de interesses entre os negócios familiares e as decisões governamentais expuseram e fragilizaram ainda mais o início da gestão Trump, que reagiu, por meio da sua conta no twitter, de forma provocativa e, até mesmo, agressiva contra os críticos do seu governo.

Em termos de sua agenda externa, a incoerência entre discurso e prática marcou os primeiros meses de sua política externa. Em um primeiro momento, o Governo apontou uma posição menos internacionalista e mais isolacionista. O discurso de posse indicava um governo que romperia com a tradição, desde o final da II Guerra Mundial, de envolvimento e de participação dos Estados Unidos na construção das instituições internacionais, multilateralismo e segurança coletiva. De acordo com esta visão, os norte-americanos se desligariam da OTAN e diminuiriam a sua participação militar nos conflitos e processos de paz ao redor do mundo; bem como cobriam dos países desenvolvidos maiores contribuições financeiras no combate ao terrorismo e a ajuda humanitária. Além disso, o Governo iria atuar somente na defesa dos interesses das empresas e cidadãos norte-americanos, mesmo que isso significasse romper com antigos aliados, como Alemanha e Japão, ou se indispor com outros países, como a China.

Porém, nas últimas semanas observamos alguns sinais de mudança no discurso e na ação em prol de um intervencionismo norte-americano, com o uso crescente de recursos militares. O primeiro sinal foi o envio para o Congresso da proposta de orçamento para 2018, com o aumento de recursos para o Departamento de Defesa e para o controle da segurança nas fronteiras, inclusive com a previsão da construção do muro entre o México e os Estados Unidos. O Governo, por outro lado, propôs a diminuição de 29% dos recursos para o Departamento de Estado e agências voltadas para ajuda humanitária, cooperação e desenvolvimento. A proposta ainda será analisada pelos congressistas, podendo sofrer grandes alterações. Mas já é uma sinalização do foco na agenda de segurança e defesa.

Outro fator diz respeito ao processo decisório da política externa norte-americana. A controvérsia nomeação de Steven Bannon para o National Security Council (NSC) levou a especulação a respeito de sua influência nas estratégias de segurança do país. No entanto, no início de abril, Trump anunciou a remoção de Bannon do NSC e, após o desligamento de outro ex-assessor General Michael Flynn, o General HR McMaster, um experiente estrategista militar, foi escolhido como assessor de segurança nacional. Os efeitos da menor influência de Bannon e o aumento da participação dos militares puderam ser percebidos nas recentes ações militares na Síria e no Afeganistão, já que seriam indicações da aplicação dos princípios intervencionistas dos Estados Unidos.

Neste quadro, também se percebe um menor peso do Departamento de Estado no processo decisório. Não apenas com a diminuição dos recursos, mas também no esvaziamento nos recursos humanos. Logo após a ordem executiva que bania a entrada de imigrantes de sete países nos Estados Unidos, funcionários do departamento de Estado circularam um memorando, assinado por diversos diplomatas, com críticas em relação à política migratória do Governo Trump. Para a equipe do presidente, este memorando foi visto como uma insubordinação, que teve como resposta a demissão de experientes diplomatas. Além disso, o secretário de Estado Rex Tillerson tem sido marginalizado na tomada de decisão e não faz parte do círculo próximo de conselheiros do presidente. Estes fatores distanciam ainda mais o mundo diplomático do processo de tomada de decisão sobre a agenda externa.

Como este quadro afeta a América Latina? As mudanças na política externa norte-americana têm reflexos diretos nos países latino-americanos? A resposta para ambas as perguntas é de que as mudanças na política norte-americana afetam os países da América Latina, mas com grau e intensidade diferentes para cada país. As mudanças econômicas e maior protecionismo norte-americano atingem diretamente os países que tem maior dependência com os Estados Unidos e aqueles que possuem acordos de livre comércio, entre eles Chile, Colômbia e Peru, por exemplo, temem a revisão dos acordos e a imposição de maiores restrições para entrada de seus produtos. Para os países da América Central, além da questão econômica, também os acordos de cooperação também podem ser alterados e com impactos em diversas políticas públicas nestes países. A implementação de restrições migratórias também é algo que atinge diretamente os cidadãos de vários países latinos, especialmente da América Central.

De maneira geral, a América Latina não é prioridade na agenda externa norte-americana, exceto no caso das relações bilaterais com o México, que envolve tanto a questão comercial no âmbito das renegociações do Nafta, como a questão migratória e o controle

das fronteiras. No restante, os temas ligados à América Latina tiveram pouco peso nas declarações do presidente Trump ou do Secretário de Estado Rex Tillerson.

Até o momento, não foi feita a indicação do Sub-secretário para Assuntos Hemisféricos que é responsável em implementar a política regional. Este fato demonstra a falta de interesse do Governo em relação ao Continente. Além disso, a demissão do diplomata Craig Deare, que cuidava da agenda de segurança hemisférica, coloca ainda mais dúvidas sobre a agenda regional e como será a posição do país frente a crise da Venezuela, por exemplo.

O baixo interesse e a falta de uma estratégia regional não são elementos novos na política externa, por isso, a tendência é Trump estabelecer contatos pontuais e específicos à medida que surgir temas a serem tratados com países específicos. Assim, as expectativas são baixas de se construir de uma agenda de cooperação regional com envolvimento dos Estados Unidos. Em termos bilaterais, os países que sentiram os reflexos da nova presidência norte-americana foram México, Cuba e Venezuela.

México-Estados Unidos: relações tensas, mas com construção de diálogo

Entre os países da região, o México é sem dúvida a principal prioridade do Governo Trump. A questão da segurança na fronteira, os problemas migratórios, a renegociação do Nafta e os investimentos das empresas norte-americanas no país vizinho são algumas das pautas que, desde a campanha eleitoral, dominaram e geraram grandes inquietações no México, mas também para os demais países da América Latina.

O México tem uma relação de dependência comercial com os Estados Unidos em que qualquer alteração na política norte-americana, afeta diretamente as suas políticas domésticas. O país sentiu imediatamente os efeitos na sua economia do discurso nacionalista e protecionista do seu vizinho. A decisão de renegociar o Nafta e ameaçar o fim do acordo fragilizou a economia mexicana, bem como a sua capacidade de negociar em uma situação de grande assimetria.

No caso das renegociações do Nafta, os Estados Unidos apresentam uma posição dura com a exigência de maiores contrapartidas do México e equilíbrio nas relações comerciais entre os parceiros do bloco. Por isso, as negociações do Nafta estão voltadas para a revisão dos benefícios recebidos pelo México e também na imposição de restrições para as empresas que investirem na produção dos países vizinhos em detrimento da manutenção dos empregos nos Estados Unidos. Nas palavras de Trump, ele quer um comércio justo e equilibrado entre as partes.

São muitas as indefinições sobre os temas que seriam renegociados no acordo. Além das alterações tarifárias, as expectativas são que se tenha a revisão das regras de origem dos produtos, as regras trabalhistas e regulamentação ambiental. Entretanto, quaisquer alterações terão fortes impactos na configuração econômica mexicana, sendo que o país já tem buscado alternativas comerciais, como a aproximação com os países do Pacífico, com a Aliança para o Pacífico, e também com os países do Mercosul.

A construção do muro na fronteira dos dois países tem gerado grandes controvérsias e tensões nas relações bilaterais, menos pelo muro em si e mais pela exigência do Governo Trump para que o México pague a divisão entre os países. Como já existem trechos do muro que dividem a fronteira, os mexicanos afirmam que esta é uma política doméstica e que não são responsáveis pela construção. Já a ameaça de sobretaxar os produtos mexicanos para cobrir os custos é vista, pelos mexicanos, como mais forma de impor barreiras econômicas ao país. As tensões entre os dois países sobre esta questão tendem a se ampliar, se caso os americanos decidirem em aplicar novas taxas para os produtos mexicanos.

O cenário de tensão entre os dois países não deve diminuir no curto prazo, pois o Governo Trump utiliza uma retórica em que atribuir ao país vizinho a causa dos problemas na fronteira e na perda dos empregos industriais nos Estados Unidos.

Cuba: revisão da política Obama

O Governo Obama marcou uma nova fase nas relações entre Estados Unidos e Cuba. A normalização das relações diplomáticas entre os dois países foi festejada como o fim dos resquícios da Guerra Fria no Continente. Apesar dos avanços e a abertura econômica crescente entre os dois países, o fim do embargo ainda é uma realidade distante, que parece ter ficado ainda mais difícil em um Governo de maioria republicana nas duas Casas.

Os republicanos foram grandes críticos da política de aproximação com Cuba durante o Governo Obama. Para eles, a administração Obama cedeu em excesso para os Castros e sem exigir uma maior abertura política e defesa dos direitos humanos. Os grupos cubanos anti-castro são organizados e fortes junto aos congressistas e tem enfatizado a desigualdade no acordo.

A administração Trump considera que é preciso rever o acordo, sendo que Cuba necessita dar maiores garantias de abertura democrática. No entanto, não existe nenhuma posição oficial sobre quais seriam os passos, como e quando as negociações

seriam retomadas. A única mensagem do presidente Trump a respeito de Cuba foi feita pelo twitter, sem grandes explicações. O deputado republicano Marco Rubio, por outro lado, questiona a legitimidade de algumas das decisões do presidente Obama que, na sua opinião, flexibilizam as sanções contra Cuba. A revogação das medidas adotadas durante o Governo Obama deve distanciar os dois países, podendo retomar ao patamar de antes do Governo Obama. No entanto, a possibilidade de gerar perdas econômicas, especialmente no setor turístico, pode limitar o escopo das alterações nas políticas implementadas durante o Governo Obama.

Venezuela: instabilidade e crise

A Venezuela é hoje a situação de maior instabilidade na região. A crise econômica, humanitária e o aumento da violência nos conflitos entre oposição e governo paralisou o país. O risco de uma guerra civil, com consequências para os países vizinhos, tem sido monitorado por todos os órgãos internacionais e regionais. As tentativas de mediação internacional entre oposição e governo não tiveram sucesso, decepcionando os movimentos opositores ao Governo Maduro.

Trump mantém a pressão iniciada durante o Governo Obama, sendo que recentemente incluiu o Vice-presidente da Venezuela Tareck El Aissami na lista de pessoas ligadas aos crimes de narcotráfico. Mas o aumento da violência no país não provocou uma alteração na posição de cautela do Governo Trump. A expropriação da empresa norte-americana General Motors (GM) foi recebida de forma protocolar com uma nota de condenação, mas sem a indicação de imposição de medidas contra o Governo Maduro.

E o Brasil? Como somos afetados pela política externa de Trump?

O aumento do protecionismo e uma política populista na área econômica afetam o comércio global em um momento que o Brasil passa por uma aguda crise econômica. Assim, os setores de exportação brasileiros para os Estados Unidos serão afetados, como as medidas anunciadas de aumento da sobretaxa para o aço exportado para os Estados Unidos. Do ponto de vista diplomático, as relações entre os países devem manter as parcerias e diálogos ministeriais, que avançaram durante o Governo Obama. No entanto, não existe perspectiva de uma agenda ampla de negociação.

Do ponto de vista político, o baixo envolvimento norte-americano nos temas da região amplia a oportunidade para exercício da liderança regional brasileira. Por exemplo, a busca de solução da crise na Venezuela poderá ser conduzida pelos fóruns regionais sob a liderança brasileira. A crise no Nafta pode ser uma oportunidade para a ampliação das relações entre o Mercosul e o México e Canadá. Assim, o cenário de baixa relevância

da região para os norte-americanos pode trazer maiores oportunidades e ganhos para o Brasil.

Considerações finais

O início de novos governos nos Estados Unidos sempre gera expectativas entre os países da região sobre quais serão as linhas gerais e a agenda das relações da nova administração. O Governo Trump não demonstra interesse em estabelecer uma estratégia definida para sua política externa e muito menos para as relações hemisféricas. Nos primeiros meses é possível notar um governo que busca resultados que tragam sempre maiores vantagens para os Estados Unidos. Este perfil tende a ser prejudicial para os países latinos, que estão em uma posição assimétrica nas relações com os Estados Unidos. Por isso, a busca de alternativas extra-regionais e novas parcerias deve orientar as políticas externas dos países da região.

O acompanhamento das negociações entre o México e os Estados Unidos será um bom exercício para compreendermos não apenas a visão de Trump em relação a América Latina, como também o padrão de relacionamento que será estabelecido e poderá se repetir nas negociações com outros países.

A relação com países, como Brasil e Argentina, ainda estão em uma fase de reconhecimento e construção de confiança, demonstrando que podemos ter padrões distintos de diálogo entre os Estados Unidos e os países da região. Para os países, os riscos gerados pelas mudanças nas políticas econômicas nos Estados Unidos ainda são obstáculos para a construção de uma agenda bilateral. De qualquer forma, todos terão que aprender a lidar alta imprevisibilidades e indefinições do presidente Trump.

A close-up portrait of Donald Trump, looking slightly upwards and to the right. He is wearing a dark suit jacket, a white dress shirt, and a dark tie with light-colored diagonal stripes. A small American flag pin is visible on his lapel. The background is a blurred American flag. A semi-transparent red horizontal band is overlaid across the middle of the image, containing the title and author information.

**RISCOS E DESAFIOS NA AGENDA ECONÔMICA
E COMERCIAL NO GOVERNO TRUMP:**
impactos para os países da América Latina

Raphael Videira

Discussion
Paper |

ESPM

Desde o dia 9 de novembro de 2016, quando Donald Trump foi eleito o 45º presidente dos Estados Unidos da América, os olhares do mundo voltaram-se para lá. Não por ser uma das nações mais poderosas do planeta, ou representar uma das maiores economias, pois isso já acontecia com os últimos presidentes (Barack Obama e George W. Bush), mas o fato é que desta vez uma figura controversa estava à frente da Nação.

O objetivo deste artigo é relacionar como medidas tomadas pelo governo de Donald Trump irão impactar no Brasil e em seus vizinhos na América Latina. Este artigo está dividido em XXX partes: a primeira delas é explicar a racionalidade das medidas do governo americano sob a responsabilidade de Trump; a segunda versa sobre os possíveis impactos sobre o Brasil e as principais economias da América Latina; e por fim, o cenário econômico futuro para estes países.

Trump e suas primeiras medidas

As primeiras medidas do governo Trump causaram surpresa nos mercados internacionais. A primeira medida, e mais controversa em termos econômicos, foi a retirada dos Estados Unidos do acordo Transpacífico (TPP). Sem a presença dos EUA em tal acordo, ele se torna inviável de forma prática, pois para o TPP entrar em vigor ele deve possuir 85% do PIB com seis membros, porém sem os EUA tal marca se torna inatingível.

Com relação aos aspectos de políticas fiscais e monetárias, as direções são diametralmente opostas, com a política fiscal atuando de forma expansionista e a monetária de maneira contracionista. O governo Trump pretende seguir a linha de Ronald Reagan com relação a política fiscal, ou seja, tentará ser excessivamente expansionista, com aumentos em gastos públicos (especialmente em gastos relacionados à defesa nacional em mais de 10% do que era estimado, totalizando 54 Bilhões de Dólares) e cortes em impostos (sendo que estes são mais difíceis de serem realizados pois a economia americana é uma das que menos arrecada em proporção ao PIB perto de outras gigantes – 26%, contra 32,5% na Grã-Bretanha e 37% na Alemanha).

Já com relação à política monetária, a taxa de juros se elevou pela segunda vez desde que Trump assumiu a presidência, pois a atividade econômica e o desemprego estão com indicadores positivos. Tais fatores podem ser considerados como importantes para lastrear tais atitudes do presidente.

Economias Latino Americanas

Enquanto a economia mundial apresentou um sólido crescimento em 2016 (crescimento

do PIB na casa de 3%), o desempenho da América do Sul foi destoante quando comparada com o restante do planeta, justamente pelo fato dos dois principais países do continente terem apresentado quedas fortes (Brasil com -3,3% e Argentina com -1,8%). Países importantes na América Latina apresentaram crescimento substancial quando comparado com Brasil e Argentina, mas inferior à média mundial, como os casos de Chile (1,7%), Colômbia (2,2%) e México (2,1%).

Uma fonte importante para o crescimento destes países é o comércio externo. Este isolamento americano propiciado pela saída do TPP, bem como pelo pensamento protecionista afeta diretamente os países latino americanos que possuem os EUA como grande destino para as suas exportações e uma fonte substancial de importações. Os dados de 2016 indicam a prevalência americana em tais países:

Tabela 1 - Relação dos Países Selecionados com os EUA

Países	% das Exportações – US\$	% das Importações – US\$
Argentina	7,6%	12,4%
Brasil	12,5%	17,5%
Chile	14,2%	17,6%
Colômbia	32,6%	26,5%
México	81,0%	46,5%

Fonte: [Trademap](#) – Elaboração do Autor

Desta forma, é possível pensar que o México sairá como principal prejudicado pela possível perda de um grande comprador, no caso os EUA. Diretamente, o Brasil e os demais países analisados não necessariamente perderiam pelo fato do comércio com a China e de países vizinhos ser forte e atuante. Indo além na questão comercial, os países latinos que estavam no TPP original (como Chile, Peru e México) começam as suas tratativas para estabelecerem alternativas ao Tratado original e buscam negociar acordos de comércio entre os demais membros do Bloco. Por exemplo, pela Aliança do Pacífico, Chile e Peru já possuem acordos de livre comércio com a China e a Colômbia segue pelo mesmo caminho. Da mesma forma que o Brasil busca aproximação com a Aliança do Pacífico e com a União Européia por meio do Mercosul.

Riscos e desafios de países latino-americanos: Incerteza

Essa palavra define o conceito de risco pelos quais passam os países, sejam eles lati-

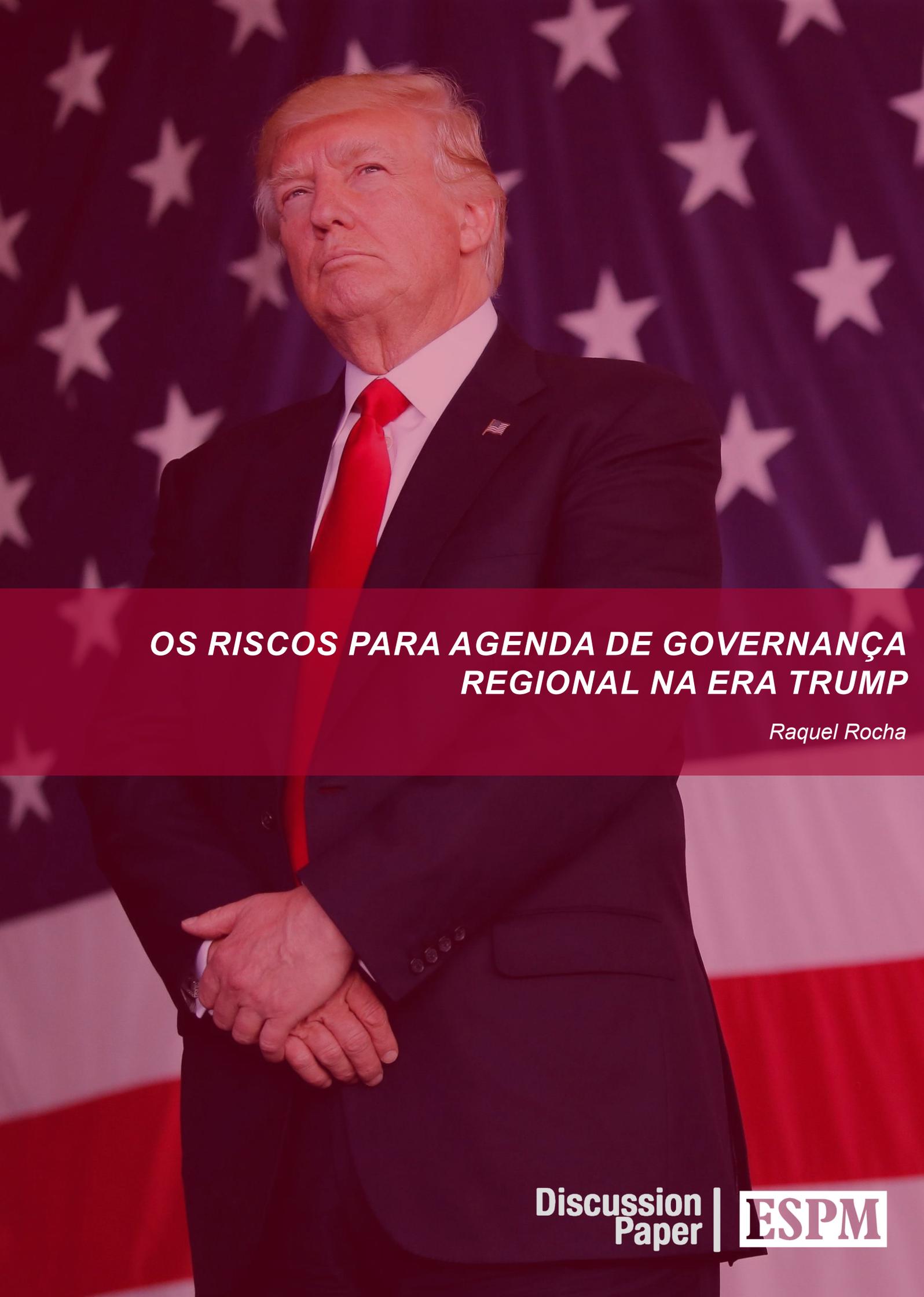
no-americanos ou não. O mercado financeiro mundial e demais economias importantes ainda não conseguiram precificar o risco econômico que Trump trará a eles. Os indicadores externos são instáveis e nos mostram sinais que não definem uma tendência. Será que a tendência de desvalorização do Euro irá continuar? E a apreciação do Yen? Do lado comercial, a tendência com relação aos fluxos comerciais aponta para redução de importações por parte dos Estados Unidos. Por enquanto, esta tendência ainda não foi comprovada pelos números, mas apenas pelo discurso.

Três pontos são cruciais nesta análise:

1 – Qual será a postura chinesa com relação às tais atitudes? Caso a China aceite passivamente a posição norte-americana, o efeito sobre o produto chinês, será de até 1 ponto percentual. Isto implicaria em uma redução no ritmo de crescimento das economias latino americanas que são baseadas em commodities, pois o preço destas cairia com a redução no produto chinês.

2 – Qual a alternativa comercial para os países da América Latina? Como falado anteriormente, é importante a tentativa de novas alianças comerciais, sejam bilaterais ou não, com União Europeia e China. Por enquanto as tratativas continuam, mas nenhum acordo de vulto foi assinado.

3 – Reação dos países latino americanos: grande parte dos países está cortando a taxa de juros como forma de estimular o crescimento de sua economia, seja via mercado interno ou externo (pelo aumento de competitividade das exportações, independente do mercado e do preço das commodities).



***OS RISCOS PARA AGENDA DE GOVERNANÇA
REGIONAL NA ERA TRUMP***

Raquel Rocha

**Discussion
Paper**

ESPM

O governo de Donald Trump anunciou no último dia 16 de março sua primeira proposta orçamentária para 2018. A prioridade dada é para a agenda da segurança pública e nacional e envolve um dos maiores aumentos em gastos de defesa da história do país, somente picos de períodos de conflitos internacionais excedem o proposto. Este é um fator de risco para a América Latina, pois comprova a mudança de comportamento dos EUA – de menor cooperação e maior foco em ações militares – além dessa proposta gerar uma redução drástica aos auxílios estrangeiros – econômicos, militares e humanitários.

Realizar maiores investimentos na defesa é largamente baseado na redução de gastos com diplomacia. O Departamento de Estado e USAID deve ter uma redução orçamentária de 28% (US\$ 10.1 bilhões), quando comparado ao ano anterior. O objetivo é aumentar os investimentos em defesa em US\$ 54 bilhões e tal alteração também auxiliará na viabilização de um controle mais acirrado contra os imigrantes ilegais e a construção do muro na fronteira com o México. Trump afirmou que esse incremento na defesa é “vital na reconstrução e preparação das nossas Forças Armadas para o futuro”. Enquanto seu diretor orçamentário, Mick Mulvaney, chamou o orçamento de hard power e não soft power.

Por mais que exista a necessidade de revitalização do poderio militar norte americano, ele não deve ser realizado em detrimento do braço diplomático. A lógica atual em termos de governança global é a prevenção, ou seja, diminuir a necessidade do uso da força ao invés de incentivá-lo e solucionar controvérsias através de ações cooperativas ao invés do auto interesse.

É relevante salientar que a proposta apresentada ainda deve ser aceita pelo Congresso e que ambas as casas produzem orçamentos próprios. A proposta tem sido criticada tanto por democratas quanto por republicanos e também pelos próprios militares. A falta de apoio político às ações do presidente estadunidense já ocorreu no caso dos atos executivos que baniam a entrada de certas nacionalidades no país e na agenda de saúde. Contudo, mesmo que a proposta não seja aceita em sua integralidade, ela guiará os cortes orçamentários que devem ocorrer e irá direcionar tal mudança de comportamento do país no sistema internacional.

Financiamentos e contribuições para organismos e bancos internacionais também devem sofrer impactos significativos, em um período que a ONU chama de maior crise humanitária crescente desde a Segunda Guerra Mundial. Os EUA são os maiores doadores e contribuintes das organizações multilaterais e o argumento do governo para realizar

cortes nestes pagamentos é o de que eles contribuem de forma desproporcional com as questões globais. Não obstante, dados da OCDE demonstram que proporcionalmente sua contribuição com auxílio estrangeiro em 2015 representou 0.17% do PIB comparado com 0.7% do Reino Unido e 0.22% do Japão. O gap que será deixado pelo governo Trump, em termos de contribuições, dificilmente será coberto por outro país ou grupo deles.

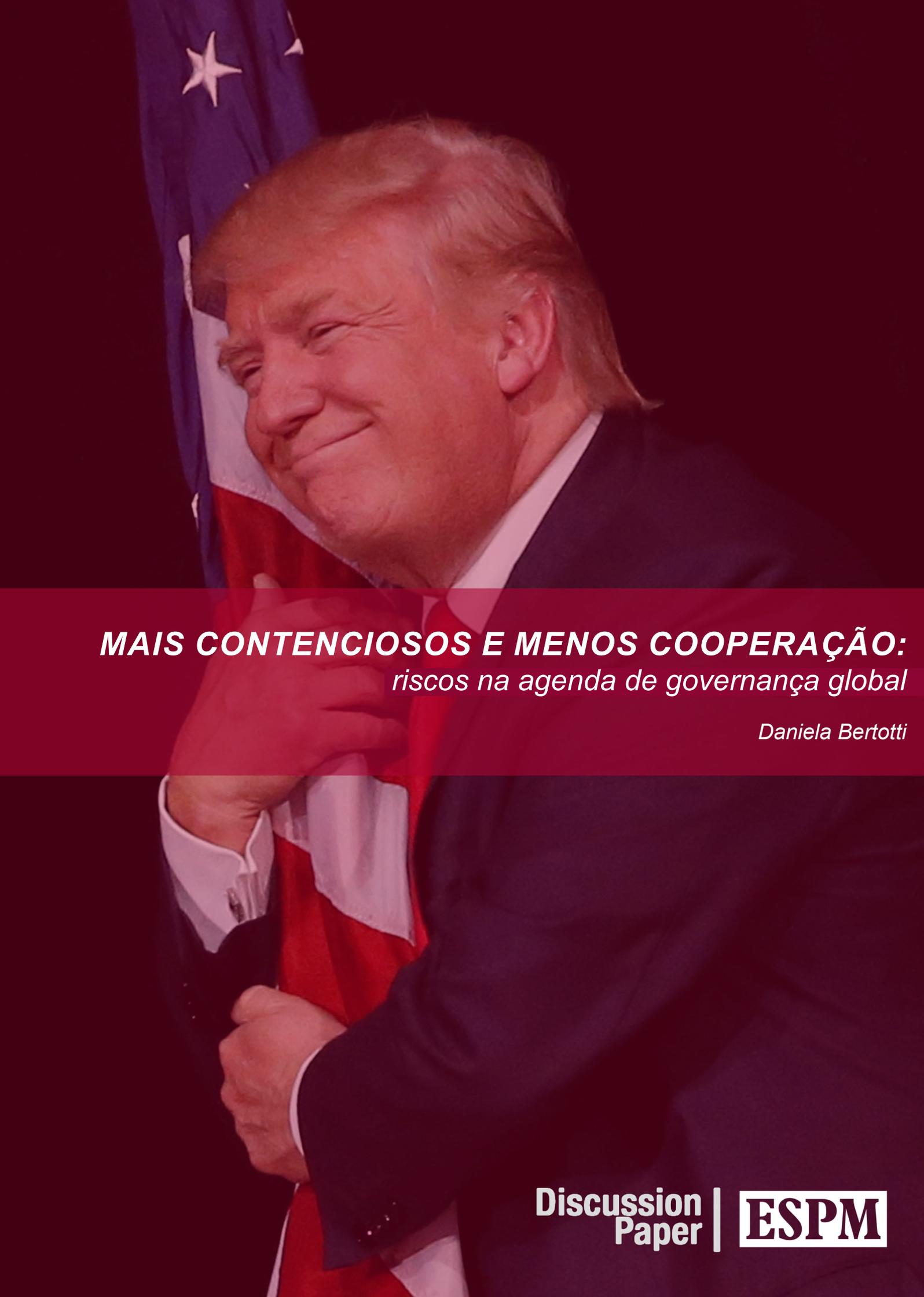
A Colômbia é o país latino americano recipiente de maior auxílio estrangeiro norte americano nos últimos anos, tendo recebido cerca de US\$ 841 milhões em 2015 enquanto o Haiti foi o segundo maior com cerca de US\$ 501 milhões, segundo o USAID. Contudo, o auxílio destinado ao processo de paz na Colômbia não foi mencionado no Blueprint e Obama havia prometido US\$ 450 milhões.

Isso evidencia que o apoio ao processo não é prioridade para o governo atual. O pacote de auxílio Paz Colômbia já recebeu aprovação do Comitê de Relações Exteriores do Senado, mas ainda precisa da aprovação do Congresso e como o pacote seria financiado pela USAID, é possível afirmar que sofrerá grandes impactos ou será reprovado por completo. Além da operação de paz, presente no país para garantir o processo, que provavelmente será extinta pois possui um mandato estritamente político. Esta falta de cooperação estadunidense pode comprometer o período de transição que o país enfrenta fazendo com que o mesmo se torne um problema para os seus vizinhos.

A missão de paz no Haiti também deve sofrer sérios impactos não somente por falta de financiamento da operação ao atua no fortalecimento das instituições democráticas bem como os programas da USAID implementados e financiados pela agência e pelo Departamento de Estado centrados principalmente em reverter precária situação de humanitária e de saúde local. O que deixará a República Dominicana – recipiente de mais de US\$ 110 milhões de auxílio, principalmente voltado à segurança alimentar – em uma situação amplamente desfavorável. Este poderia ser um vácuo de poder para o Brasil preencher mas tendo em vista a instabilidade política e financeira atual além do atual foco na pauta comercial do atual MRE, possui baixa probabilidade de ocorrência.

O Brasil, por sua vez, recebeu cerca de US\$ 20 milhões em 2015, segundo o USAID, focados principalmente nos setores de infraestrutura, governança e agricultura. Tal auxílio foi financiado e implementado em grande parte pela Agência de Comércio e Desenvolvimento, USAID, Departamento de Estado – todos receberam propostas de cortes – e Fundação Interamericana – que o governo propõe que seja extinta.

A compreensão estadunidense não é mais a de contribuir com a estabilidade regional para alcançar a própria estabilidade, mas parece não perceber que tal alteração de comportamento – de auto interesse ao invés de bem-estar regional e global – poderá trazer maiores instabilidades. Esta estratégia fará com que maior insegurança seja gerada, uma vez que constrói a compreensão de quem não é nacional deve ser visto como ameaça ao invés de parceiro. Isto causará danos tanto para agenda política quando para a comercial. Por mais que vácuos de poder sejam criados na região, não existem países estáveis e aptos a preencher tais vácuos.



MAIS CONTENCIOSOS E MENOS COOPERAÇÃO:
riscos na agenda de governança global

Daniela Bertotti

Discussion
Paper |

ESPM

A leitura feita por Donald Trump em relação à governança global tem causado perplexidade em um contexto de almejada cooperação internacional. Posicionamentos adotados pelo poder executivo estadunidense em relação, especialmente, à Organização Mundial do Comércio (OMC) trazem incertezas quanto ao engajamento do governo americano na manutenção do diálogo proposto no âmbito da referida Organização.

A OMC é notadamente um ambiente adequado para deliberação acerca de assuntos relacionados ao comércio internacional e, também, atmosfera para a solução de controvérsias entre os países cuja celeuma advenha de contenciosos pertinentes ao tráfico internacional de mercadorias. Nesse sentido, segundo dados da Organização, desde a sua criação em 1995 até a presente data, os Estados Unidos foram demandantes junto ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) por 114 vezes; e responderam a 130 casos perante o mesmo órgão, o que o torna o país com o maior número de contenciosos na Organização.

Na relação dos Estados Unidos especificadamente com o Brasil, a OMC já foi responsável por 04 contenciosos em que fomos demandados e em 11 casos o Brasil demandou o governo americano quanto às suas políticas comerciais. Importante apontar que essas demandas buscam trazer um cenário favorável ao comércio internacional e a adequação de políticas domésticas que impactam no âmbito internacional.

Ainda segundo informações obtidas no sítio da OMC, poder-se-ia indicar que também os países latino americanos Argentina, Chile, Colômbia, Equador e Venezuela utilizaram o ambiente do OSC em demandas contrárias aos EUA nas últimas décadas. Em linhas gerais, as demandas versaram sobre temas concernentes à subsídios, dumping, tarifas e barreiras técnicas, notadamente nos setores agropecuário e industrial.

No entanto, a despeito da constante presença dos EUA no OSC, o gabinete de Donald Trump aponta, por meio de afirmações divulgadas pelo jornal The Washington Post no dia primeiro de março, para uma seleção das decisões que serão obedecidas pelo Estado americano. Tal análise passa por temerário grau de discricionariedade apontando, pois, para uma política potencialmente protecionista e corroborando para uma insegurança no plano do comércio internacional.

O ceticismo da administração Trump em relação ao sistema das Organizações Internacionais gera, pelo menos, dois grandes problemas no contexto global: um possível esvaziamento do papel das Organizações no atual contexto; e o início de um processo

discussão acerca da retirada Estados-membros das Organizações Internacionais.

Quanto, especificamente, ao âmbito da OMC, a potencial saída estadunidense aventada por Trump ao longo da campanha presidencial, abriria espaço para políticas que buscam fortalecer dinâmicas comerciais que apontam para uma relação ainda mais assimétrica entre os Estados, acarretando a criação de ambiente de protecionismo.

Ainda que não haja a efetiva saída do Estado americano, mas, sim, a escolha unilateral por “ignorar” algumas decisões proferidas pelo OSC, tendo em vista possível choque com as políticas comerciais desejadas pelo governo indica, mais uma vez, para um afastamento das obrigações assumidas no campo das Organizações Internacionais, notadamente, a OMC.

A afirmação produzida pela Casa Branca, mencionada anteriormente, aponta para uma escolha das decisões levando em consideração o impacto em sua “soberania”. Obviamente a justificativa coringa da “soberania”, especialmente em relação ao ambiente das Organizações Internacionais, em nada contribui para a construção de um ambiente cuja cooperação seja a realidade outrora almejada.

Referências Bibliográficas

THE WASHINGTON POST. **Trump suggests ignoring World Trade Organization in major policy shift**. Disponível em: <www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2017/03/01/trump-may-ignore-wto-in-major-shift-of-u-s-trade-policy/?utm_term=.0ce2363cd435>. Acesso em 23.mar.17.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Dispute Settlement Body**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_by_country_e.htm>. Acesso em 23.mar.17.

**Discussion
Paper**



ESPM

v. 5, n. 1, 2017